

ECONOMIA SOLIDÁRIA – ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA EM MEIO AO CAPITALISMO GLOBALIZADO?

JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JUNIOR

Mestrado em Políticas de Educação – UNINOVE;

Bacharel em Ciências Econômicas – PUC/SP;

Pós-graduação em Sociologia – Escola de Sociologia e Política de São Paulo;

Professor de Economia Brasileira do Departamento de Ciências Sociais – UNINOVE.

amaraljtgt@hotmail.com

Resumo

Tendo em vista a precariedade do mercado de trabalho, resultado das transformações do capitalismo contemporâneo, este artigo discute a viabilidade e as dificuldades enfrentadas pela proposta política da Central Única dos Trabalhadores – CUT por meio da sua Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, que resgata o cooperativismo autogestionário da economia solidária, entendido como patrimônio centenário dos trabalhadores, devendo ser reavivado e expandido como algo além de uma forma de combate ao desemprego estrutural, ou seja, como um instrumento da revolução socialista. A formação cooperativista orienta as políticas educacionais da ADS e vai sendo apropriada por várias prefeituras petistas, permitindo que a economia solidária passe a ser um modelo de política pública. Utilizando como referencial teórico Antonio Gramsci (1968), cujos pensamentos embasam também a educação cutista; a análise documental pertinente à criação e diretrizes da ADS e das Políticas Nacionais de Formação – PNF e a bibliografia que tematiza as relações Estado, cooperativas, sindicatos e educação para o trabalho, nossas análises indicam que tal projeto apresenta frágil probabilidade de emancipação da classe trabalhadora, considerando-se as raízes históricas da relação entre cooperativismo e sindicalismo, assim como as características das estruturas que formam a realidade socioeconômica do Brasil. Isso nos leva a concluir que a proposta política da ADS é uma tentativa de reconstrução do campo de atuação sindical e não apresenta potencial revolucionário.

Palavras-chave: Autogestão. Capitalismo. Economia Solidária. Sindicalismo. Trabalho.

Abstract

Having in mind the great precariousness of the labor market, resulting from the transformations in the contemporary capitalism, this article deals about the feasibility and the difficulties faced by the CUT's [Unique Central for Workers] political proposal by means of its ADS [Agency for Solidary Development], which recovers the self-managing cooperativism of the solidary economy, understood as workers' centennial patrimony, which must be revived and expanded as something beyond a way of fighting against the structural unemployment as an instrument of the socialist revolution. The formation to cooperativism guides educational policies with teenagers, adults and risk population. The experiences are adopted by various PT city halls and thus allow the solidary economy to become a model of public policy. Our considerations, using as a theoretical reference Antonio Gramsci, whose thoughts also support CUT's education, indicate that such project within the actual scenery points to a slight probability of emancipation of the working class, considering the historic roots of the relations between cooperativism and labor-unionism, as well as the characteristics of the structures forming the Brazilian socio-economic reality, indicating that the ADS's political proposal is an attempt to rebuild the labor union's actuation field, despite not being considered as a revolutionary potential.

Key words: Capitalism. Labor. Labor-Unionism. Self-Managing. Solidary Economy.

Mercado de trabalho e os dilemas sindicais

Em janeiro de 2003, durante o discurso de posse no Congresso Nacional, o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva afirmava sua crença na construção de um pacto que pudesse retirar o Brasil da difícil condição social em que se encontrava após 20 anos de reduzido crescimento econômico e inigualável desemprego. Aquele momento tinha um outro significado especial: era a primeira vez que um partido socialista chegava ao poder em mais de um século de governo republicano, em cujas regras do jogo político a democracia nem sempre esteve presente. Lula destacou a necessidade de incrementar o cooperativismo e as formas de economia solidária como caminho para a melhoria da vida dos brasileiros.

A questão da economia solidária como instrumento de transformação social vinha ganhando campo dentro do Partido dos Trabalhadores – PT e, em especial, no meio sindical, mais explicitamente na Central Única dos Trabalhadores – CUT. Após um processo de debates pelo país, incluindo a realização de dois seminários – um nacional e outro internacional –, a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, em dezembro de 1999, propõe a formação de ‘redes solidárias’ como alternativa de luta contra-hegemônica: a idéia do cooperativismo autogestionário. Assim, já no VII Congresso Nacional da CUT, em 2000, essa idéia passa a ser entendida como projeto de classe, articulado às bandeiras históricas do cutismo, com espaço em seu Plano Nacional de Formação – PNF (MAGALHÃES, 2001; CUT, 2002). As motivações para tanto podem ser rapidamente compreendidas se analisarmos as complexas transformações do capitalismo no último quartel do século XX, impondo aos trabalhadores severas restrições à sua atuação sindical.

Ao mesmo tempo que se fala de ‘sociedade do conhecimento’, com a disseminação dos computadores pessoais, internet, telefonia

celular, além dos avanços na biotecnologia e do surgimento de novos materiais, existe também a preocupação com a globalização econômica, comercial, produtiva, tecnológica e financeira. O receio é que esse processo não resulte efetivamente na prometida redução das desigualdades entre as nações, pois, embora seja causada por motivações políticas e tecnológicas, tem como ponto central sua natureza sistêmica, isto é, a questão da insuficiência da demanda agregada que leva os países desenvolvidos a resolver os problemas pela exportação de bens, serviços e capitais, beneficiando suas empresas transnacionais, *locus* do poder econômico, em que as 200 maiores detêm 25% da renda global, quase a totalidade dos investimentos externos diretos, e controlam 20% do comércio mundial, acirrando a competitividade e a integração das economias internacionais (GONÇALVES, 2003).

Com a chamada ‘acumulação flexível’ do capitalismo contemporâneo, padrões de produção, consumo e mercado de trabalho são alterados por inovações organizacionais e tecnológicas, objetivando menores custos e maior lucratividade (HARVEY, 1999), ao mesmo tempo que o sistema financeiro amplia sua influência, fazendo circular o capital por todo o globo com grande mobilidade, principalmente após o fim da experiência soviética e graças às tecnologias em telecomunicações instantâneas, causando sérios problemas para as nações menos poderosas (DOWBOR, 1995). Em meio a esse cenário, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (apud POCHMANN, 2002), em 1979 havia, no planeta, cerca de 45 milhões de trabalhadores em desemprego aberto, sendo 33% pertencentes ao G7 (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão, Canadá e Itália). Ao longo de 20 anos, o desemprego aberto mundial foi multiplicado 3,3 vezes, atingindo 150 milhões de trabalhadores, com 16% pertencendo ao referido grupo. Esses dados indicam tendência de crescimento

expressivo do desemprego,¹ mormente nos países não desenvolvidos, entre os quais alguns poucos como Índia, China e Coréia conseguiram proteger-se graças a ações de controle governamentais. Ainda segundo a OIT, 3 bilhões de pessoas vivem com até US\$ 2 por dia e, desse total, 1 bilhão com apenas US\$ 1.

O Brasil, especialmente após o chamado ‘Consenso de Washington’, de 1989, submetendo-se aos ditames do Fundo Monetário Internacional – FMI, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio – OMC, passou a realizar o processo de abertura ao setor externo que, em conjunto com a elevação da taxa de juros e a valorização cambial, levou a indústria nacional a ampliar seu grau de dependência por bens de capital importados, num processo de ‘desindustrialização’. Conforme Pochmann (2002), a árida realidade é resultante de um pensamento alienígena que se alastrou pelo país, justificando decisões governamentais contra o próprio povo. Esse ‘novo paradigma’, advindo do ajustamento da Terceira Revolução Tecnológica e da posição hegemônica político-militar dos norte-americanos,² dava a entender que favoreceria o ingresso de capital estrangeiro, acelerando a difusão de novas tecnologias. Substituiu-se o projeto de industrialização nacional, em detrimento de uma das mais vitoriosas transformações produtivas do século XX, que nos transportou de uma economia agroexportadora para um dos maiores parques industriais do planeta, crescendo, entre 1890 e 1980, a uma taxa média anual de 4,2%, acima de EUA, Japão, França e Alemanha. Com uma reforma liberalizante, o país abriu seu mercado ‘para a modernidade’ e flexibilizou suas regras de convívio econômico. Segundo Mattoso (2001), mais de 3,3 milhões

de empregos formais foram destruídos na economia brasileira ao longo dos anos 90. Só no setor industrial, sumiram 1,5 milhão de empregos (ADS, 2000). Em termos absolutos, o contingente de desempregados aumentou expressivamente no período. Observe-se, como exemplo, a região metropolitana de São Paulo: em 1989, havia 614 mil trabalhadores sem emprego; a partir de 1992, esse contingente ultrapassou 1 milhão de pessoas e atingiu, em 1999, o recorde de 1,715 milhões desempregados (DIEESE, 2001). Uma triste situação, cuja perspectiva se torna ainda mais atemorizadora se lembrarmos que a renda *per capita*, entre 1950 e 1980, quintuplicou e a expansão do PIB apresentou média anual de crescimento de 7%, enquanto, nas décadas de 80 e 90, o crescimento do produto girou em torno de parcos 2,6% e 1,9% ao ano, respectivamente (POCHMANN, 2002).

As perspectivas de um novo sindicalismo

Com a intensa desmobilização da base operária pelos efeitos do desemprego estrutural e o incremento expressivo do trabalho informal, a CUT, constituída em 1983 com base na proposta de um ‘novo sindicalismo’, desejava de romper as amarras com a resistente estrutura sindical corporativista do Estado Novo, trazia em seu estatuto a emancipação dos trabalhadores por eles mesmos. A perspectiva da Central era a construção da sociedade socialista que, com o passar do tempo e as adversidades acumuladas ao longo de 20 anos de atuação, foi revelando, em suas disputas internas, o fortalecimento de uma tendência contratualista representada pelo grupo Articulação (SECCO, 2002) – ao qual pertence Lula, entre outras lideranças – em detrimento de grupos posicionados mais ‘à esquerda’, como

¹A mais recente pesquisa da OIT prova isso: “o mundo tem 186 milhões de pessoas sem trabalho”. *Folha de São Paulo*, Caderno 2, p. B2. São Paulo, 23 jan. 2004.

²Ver HOBBSAWN, Eric. Para Onde Vai o Império Americano? Perigo Atual, um Mundo Desestabilizado. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 jun. 2003.

o setor sindical do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU. Da 1ª à 5ª edição do Congresso Nacional da CUT – CONCURT, perdeu-se a radicalidade da perspectiva de enfrentamento claro em relação ao Estado burguês. De acordo com as pesquisas de Cruz (2000), é possível dizer que o chamado ‘Novo Sindicalismo’ representado pela CUT dentro da dinâmica da realidade, partindo de um início de combate global às políticas econômicas do Estado, ao bloco dominante e à estrutura legal-corporativista dos sindicatos, foi enveredando para uma prática caracterizada pela ação fragmentada e relativamente adaptada à estrutura sindical, o que instigou mais as referidas tensões internas.

Ao chamar essa nova prática de ‘sindicalismo cidadão’, tenta ampliá-la como movimento social, promovendo articulações com vários segmentos e procurando atuar no alargamento dos direitos de cidadania pela participação direta dos trabalhadores além dos locais de trabalho (ADS, 2000; NASCIMENTO, s/d), incluindo os desempregados. Com referencial em Gramsci, a CUT pretende a unidade dos trabalhadores para a luta contra-hegemônica; por isso, indica a necessidade da coesão e vai além das categorias profissionais, em busca de uma identidade de classe. Vivenciando a realidade italiana de seu tempo, o pensador sardo entendia que a ‘sociedade regulada’ viria na construção feita pela aliança dos oprimidos – operários e camponeses – contra a opressão da burguesia e dos latifundiários. Advogava uma ampla luta política, social e econômica, numa ação progressiva denominada guerra de posição, em que a clássica tomada de poder, nos moldes da Rússia de 1917, dava lugar ao avanço estratégico nos espaços da moderna sociedade civil, buscando conquistar um ‘consenso’ a partir dos valores dessas classes. A classe operária tinha a tarefa de romper o corporativismo dos agricultores do sul italiano,

exercendo, por sua responsabilidade histórica, função dirigente, articulando e aprofundando as razões da luta comum. Uma aliança que, segundo Gramsci (1987, p. 72), “são as duas energias da revolução proletária.” Somente com a junção da cidade e do campo é que se poderia concretizar o Estado socialista em seu país, o governo operário-camponês, o governo do trabalho. Como exigência, a liderança intelectual do partido para atingir as massas e a unificação de todo o movimento em nível nacional, sob a vanguarda ideológica da classe operária (GRAMSCI, 1968).

O cooperativismo como resposta

Com suporte nesse legado, a CUT resgata o trabalho informal para tentar organizá-lo, remetendo-se à idéia de cooperativismo autogestionário, cuja base é a solidariedade entre os participantes, em confronto com o individualismo preponderante. Assim, num pretenso resgate histórico, assume a bandeira dos socialistas utópicos do século XIX, os ‘pais da economia solidária’, sob a visão de uma ‘revolução social’, em silencioso andamento desde então, e que deveria ser acelerada.

Não obstante, cabe lembrar que, no Brasil, a relação entre sindicatos e cooperativas não apresenta uma perspectiva alentadora. Se, conforme Gramsci, é necessário o retorno à história para fundamentar a compreensão da cultura e potencialidades de um povo, isso revela quão arbitrária pode ser essa ideologia contra-hegemônica proposta pela ADS. Desde o século XIX, os anarquistas compreendiam que as cooperativas, caso fossem concebidas como revolucionárias, poderiam desenvolver o espírito de solidariedade e expandir a capacidade administrativa dos operários, o que geralmente não ocorria. Em 1921, ao se fundar a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira – CSCB, o alerta dos socialistas libertários era confirmado: promoveu-se a conciliação entre capital e trabalho.

Posteriormente, em 1938, o Estado Novo aprofundaria ainda mais o caráter conservador das cooperativas (PEIXOTO, 1987). A ditadura de Vargas agiu sobre os sindicatos, transformando-os em assistencialistas, corporativistas e, principalmente após a promulgação das Leis Trabalhistas em 1943, verticalizados (MANFREDI, 1996). Essa qualidade dos fatos expõe, de um lado, o cooperativismo capitalista dominante hoje no campo e na cidade; de outro, um sindicalismo que não conseguiu superar por completo, até agora, os resquícios da era varguista.

Entretanto, a despeito das considerações anteriores, conforme Paul Singer (2001), um dos principais teóricos que orientaram as propostas da ADS e dos mais destacados articulistas da projeção na sociedade civil do solidarismo econômico, o caráter revolucionário de tais empreendimentos abre-lhes a perspectiva de suplantar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão. Ele crê que a economia solidária seja o começo de uma outra experiência, oposta ao capitalismo, indicando uma possibilidade de superação deste, a longo prazo, não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo. É, aliás, ‘socialismo já’ implantado nos interstícios das formas capitalistas de produção (ADS, 2000). Ao se manterem firmes e em expansão, os empreendimentos solidários realizariam a revolução não pela luta armada, e sim pelo convencimento e a busca do consenso, atuando inclusive no mercado capitalista.

Os sindicatos, importante segmento da sociedade civil, vêm sua estratégia de luta contra-hegemônica sendo transformada em política pública de caráter educacional. A Central fornece pessoal técnico para atuar na formação para o cooperativismo, em ações dirigidas a adolescentes, adultos e população

de risco. Aos poucos as experiências são apropriadas por várias prefeituras vinculadas ao PT e passam a ser incorporadas pelo Governo Federal. O próprio Prof. Singer lidera a chamada Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.³ Outro agente de destaque é a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS da maior metrópole brasileira, São Paulo, que desenvolve nove programas sociais, entre eles, Oportunidade Solidária, Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo e Desenvolvimento Local. Essa Secretaria realiza freqüentemente encontros com outras prefeituras como Recife (PE), Santo André (SP) e Belém (PA), a fim de debater e propor políticas públicas de desenvolvimento na linha da chamada Economia Popular e Solidária – EPS, buscando chegar a uma concepção pedagógica diferenciada, estimuladora da cidadania e da inclusão social, ou definir encaminhamentos de formação e qualificação (SDTS, 2004).

Todavia, com base em nossa pesquisa, fundamentada em documentos da CUT como as resoluções de seus congressos, os textos da 9ª e 10ª plenárias nacionais, o Projeto Nacional de Qualificação Profissional dos Trabalhadores, o Planejamento Estratégico da ADS, em 2001, e textos de Paul Singer e Luis I. Gaiger, entre outros ideólogos, podemos notar a existência de vários entraves para que esse objetivo revolucionário seja alcançado.

Por meio dos intelectuais da ADS, observamos que a CUT vem assumindo o papel do intelectual orgânico, o ‘moderno príncipe’ gramsciano. Porém, embora importantes para Marx e Lênin, cooperativas e sindicatos são instrumentos educacionais incompletos de transformação na direção do socialismo. O partido, conforme mencionado ao lembrarmos

³A respeito da formulação de Singer sobre Economia Solidária, consulte a entrevista concedida à Revista Gerenciais, São Paulo, Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, v. 2, set. 2003.

Gramsci, seria o mais relevante instrumento de organização. Apesar disso, é importante lembrar, segundo a tradição do anarcossindicalismo, que cooperativas e sindicatos poderiam cumprir esse papel, desde que articulados para lutar pela revolução, compreendida como a conquista da liberdade em uma sociedade igualitária, sem classes, meta histórica concreta, de acordo com Gramsci (1968). Mas o discurso da ADS carece dessa necessária objetividade e agudeza reclamadas por ele, bem como pelos autogestionários anarquistas.

Entre a revolução e o reformismo

Não há unidade quanto às próprias possibilidades do projeto político de economia solidária, reflexo da fragmentação interna da CUT. Ficam seus intelectuais no meio do caminho: instrumento contra o desemprego ou para o socialismo? Essa dubiedade não propicia à ADS a condição de catalisador, atrativo de outras forças para a expansão do seu projeto hegemônico. Do mesmo modo, as chamadas cooperativas ‘autênticas’, conforme os ideais do século XIX, cujos modelos hoje são, por exemplo, o complexo basco de Mondragón ou os *kibutzim* israelenses, efetivamente não conjuram contra o sistema capitalista. Paralelamente, em nossa realidade local, esses empreendimentos ‘autênticos’ precisam também reverter a cultura de subordinação, a não-autonomia imposta ao trabalhador brasileiro ao longo do tempo, pouco vinculado às formas de autogestão. Somos um país cuja história revela a mão de ferro perene e exploradora das elites sobre os trabalhadores: uma independência que preservou privilégios coloniais, uma libertação de escravos que gerou favelados, uma contínua concentração fundiária que atravessa a república, um capitalismo subordinado e selvagem.

Cabe frisar, no entanto, que no Brasil se destaca o aumento da força das cooperativas de trabalho em meio ao mercado terceirizado, com crescimento de 79% em três anos, aumentando, em uma década, de 40 para 309 entidades.⁴ Um fenômeno em expansão, decerto. Entretanto, isso não depõe contra nossos argumentos; ao contrário, as cooperativas alargam-se não como consciência revolucionária – o resgate dos utópicos *owenistas* –, e sim como reflexo do desemprego e da flexibilização impostos pela globalização que, em busca de maior qualidade do produto e do trabalho com menores custos de produção, ou seja, menores salários e menos impostos, ataca as antigas regras para aumentar a liberdade de ação do capital. Assim, piora-se a remuneração, ampliam-se terceirizações e reduzem-se as garantias contratuais, num cenário em que ganha força a constituição de blocos econômicos de livre comércio, para eliminação das barreiras tarifárias e desregulamentação das regras das finanças internacionais que aumentam a volatilidade dos colossais investimentos especulativos. Isso porque, após a recessão dos anos 80, as grandes corporações passam a investir em suas matrizes, realizando inovações tecnológicas intensas, legando a nós, periferia e semiperiferia do capitalismo, o papel de exportadores de produtos tradicionais e importadores de alta tecnologia. Como as exportações são importantes para o faturamento, usam o dólar como medida de ganho, pressionando os Estados por desvalorizações cambiais. Simultaneamente, os ativos financeiros passam a ter um peso enorme no patrimônio das transnacionais em relação aos seus ativos reais, transformando a taxa de juros num instrumento de grande importância para sua rentabilidade (SINGER, 2000). As grandes empresas elevam seu poder sobre os Estados, especulando e

⁴Gazeta Mercantil, Caderno 2, p. 1. São Paulo, 1 abr. 2002.

ameaçando com possíveis fugas de capitais para locais mais atrativos, o que os faz endividar-se e pagar rentabilidades mais expressivas em prazos mais curtos,⁵ gerando crise de financiamento e sucessivos déficits e, conseqüentemente, impactos violentos nas políticas públicas.⁶ Um panorama complexo como esse poderia ser revertido pela economia solidária proposta pela ADS?

Contra-hegemonia não é buscar tão-somente emprego ou distribuição de renda, mas uma verdadeira e profunda transformação para uma nova sociedade. A questão está na propriedade e em sua concentração, senão constitui apenas mais uma revolução passiva, conforme crítica de Gramsci. Como então se proclamar 'revolucionária' se não desapropria? Como deseja expandir o socialismo não se opondo aos banqueiros ou pretendendo ganhar adeptos por meio da competição de mercado lado a lado com os ferozes oligopólios dos conglomerados transnacionais? Como convencer uma elite das necessidades de partilhar seus privilégios seculares, se ela, por exemplo, eliminou, de 1985 a 2002, mais de 1.150 pessoas entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais, técnicos, advogados e religiosos ligados à luta pela terra?⁷

O discurso de Lula e da ADS em prol da 'lógica do dom e da gratuidade', em conjunto com 'eficiência e competitividade' advindos da economia solidária, aponta para o caráter crescentemente reformista do caminho a ser construído, na sociedade, pelos intelectuais hegemônicos cutistas e petistas. Sintomaticamente, Lula afirma, em entrevista na Venezuela, aos oito meses de seu governo – quase simultaneamente à divulgação dos dados

de desemprego, que em agosto chegara à casa dos 20% em São Paulo, e de renda, que em julho foi a mais baixa em 18 anos –,⁸ que nunca aceitou o rótulo de esquerda e, ao lhe perguntarem pela primeira vez se era comunista, disse que era torneiro mecânico.⁹

Assim, entendemos que o desenvolvimento solidário se desenha mais como uma tentativa de reconstrução do campo de atuação sindical, diminuído diante da reconfiguração do capitalismo que neutraliza a base operária, multiplica o trabalho informal e enfraquece o poder de organização e reivindicação, e menos como a idealizada emancipação da classe trabalhadora. Quiçá funcione como efetiva alternativa de sobrevivência num mundo sem ocupações formais.

De qualquer modo, milhões de miseráveis deste país estão esperançosos por mudanças radicais, e os neoliberais à espreita para reconquistar o que deixaram escapar. A solidariedade econômica atingirá as expectativas? Sobre os riscos do futuro, a dialética da história se encarregará de responder.

Referências

CRUZ, Antonio. *A Janela Estilhaçada – A Crise do Discurso do Novo Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Central Única dos Trabalhadores – CUT. *Resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT – PLENCUT*. Disponível: <www.cut.org.br>. Acesso: jul. 2002.

Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS. Central Única dos Trabalhadores – CUT. Disponível: <www.ads.org.br>. Acesso: fev. 2001.

_____. *Sindicalismo e Economia Solidária – Reflexões sobre o Projeto*. São Paulo: CUT, 2000.

⁵"Banco Central mantém a maior taxa real de juros do mundo." *Folha de São Paulo*, p. A1. São Paulo, 22 jan. 2004.

⁶"Gastos com a dívida pública cresceram 69% de janeiro a agosto de 2003, referente ao mesmo período em 2002, chegando a 10,2% do PIB acumulado até então. São mais de R\$102 bilhões gastos com juros." *Folha de São Paulo*, p. B1. São Paulo, 30 set. 2003.

⁷*Caros Amigos – Especial*, n. 18, p. 8. São Paulo, set. 2003.

⁸*Folha de São Paulo*, Caderno 1, p. 1. São Paulo, 25 set. 2003.

⁹*O Estado de São Paulo*, Caderno 1, p. 4. São Paulo, 27 ago. 2003.

_____. *Sindicalismo e Economia Solidária – Debate Internacional*. São Paulo: CUT, 2000.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.

DOWBOR, L. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *À Sombra desta Mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Nó Econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, ed. 8. São Paulo: Loyola, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso: jul. 2002.

MAGALHÃES, R. S. *Sindicato, Cooperativa e Socialismo*. ADS. Texto para debate no PT, 7 de maio de 2001. Disponível: <www.ads.org.br>. Acesso: out. 2001.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação Sindical – História de uma Prática Cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras, 1996.

MATTOSO, J. *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Disponível: <www.mte.gov.br/temas/economiasolidaria>. Acesso: 25 jan. 2004

NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e Economia Solidária*. mimeo, (s/d).

PEIXOTO, Maria do Rosário da C. *A Classe Operária – Uma Temporada no Paraíso? Rio de Janeiro, 1923-1924*. Dissertação de mestrado em História na PUC-SP. São Paulo, 1987.

Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS. Disponível: <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/trabalho/programasociais/0001>>. Acesso: 25 jan. 2004.

POCHMANN, M. *E-Trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

SECCO, L. *Gramsci e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, Paul. *Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Economia Pode Rimar com Solidariedade*. Disponível: <www.alomundo.com.br/sf/sf2001/287marco/economia>. Acesso: set. 2001.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.